ISSN: 2358-8829

METODOLOGIAS ATIVAS E INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO QUE AVALIA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

Rosângela Diniz Peres [1]
Ludmila Helena Rodrigues dos Santos [2]

INTRODUÇÃO

Este artigo surge como um relato biográfico e teoricamente referenciado, que trabalha uma hipótese específica a ser comprovada por meio da descrição autoetnográfica: a de que o uso planejado e mediado de metodologias ativas impacta positivamente o aprendizado e a inclusão de estudantes da Educação Básica com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para fundamentar e embasar esta premissa, o estudo problematiza a experiência docente da autora em uma escola do Programa de Ensino Integral (PEI) do Estado de São Paulo, integrando aportes teóricos, normativos e práticos para demonstrar como tais estratégias pedagógicas respondem às demandas de ensino e aprendizagem desse público de forma mais exitosa do que os métodos tradicionais expositivos.

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista configura-se como um desafio complexo e urgente para a prática educativa contemporânea. O relato é construído em primeira pessoa, reconhecendo que a narrativa docente humaniza, compartilha e valida o cotidiano de sala de aula como espaço legítimo de produção de conhecimento. Entende-se que a formação continuada não deve ser estritamente conteudista ou abstrata; as diretrizes e hipóteses teóricas precisam ser preenchidas e ressignificadas pelas vivências diárias do ambiente escolar.

Na atuação com turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio (1ª à 3ª série), observa-se um crescimento expressivo da presença de estudantes com TEA no ensino regular. Esse cenário exige a superação de concepções

[1] Professora da Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Licenciada em Ciências Biológicas, Pedagogia e Tecnóloga em Sistemas Biomédicos. Pós-graduada em Educação Especial pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), rosangeladinizperes@gmail.com;
[2] Profa. Dra. Ludmila Helena Rodrigues dos Santos, docente da UEMS no curso de Ciências Sociais e Orientadora na Pós-graduação Latu Sensu em Educação Especial desta mesma instituição ludmila.santos@uems.br ;

ISSN: 2358-8829

engessadas e a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras e flexíveis. Segundo Bacich e Moran (2018), as metodologias ativas são centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do conhecimento, proporcionando flexibilidade e protagonismo. O aluno deixa de ocupar a posição de mero receptor passivo de informações para assumir um papel fundamental no seu processo formativo.

Entretanto, a implementação dessas práticas envolve entraves significativos. Muitos docentes enfrentam dificuldades decorrentes da escassez de suporte formativo orientado para o público com TEA, da necessidade de articulação pedagógica contínua com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das resistências institucionais ou estruturais. Soma-se a isso a marcante heterogeneidade entre os alunos neurodivergentes, que inviabiliza abordagens padronizadas, e os desafios socioemocionais enfrentados no acompanhamento familiar. Nesse horizonte, a inclusão não pode ser concebida como uma responsabilidade individual do professor, mas como um compromisso coletivo e sistêmico de toda a comunidade escolar (Nunes, 2013).

Diante desse contexto, o estudo tem como objetivo geral analisar como a aplicação intencional de metodologias ativas favorece a aprendizagem, a autonomia, o engajamento e a sociabilidade de estudantes com TEA na Educação Básica. Busca-se evidenciar o potencial dessas estratégias em criar ambientes de aprendizagem acessíveis e equitativos, além de destacar a importância das reuniões de alinhamento e formação continuada para a replicabilidade de práticas pedagógicas bem-sucedidas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, articulando o método autoetnográfico/biográfico às pesquisas bibliográfica e documental, organizadas em duas frentes.

A primeira consiste na reflexão sobre a prática pedagógica em uma escola pública de tempo integral, situada em bairro periférico com vulnerabilidade socioeconômica e desafios socioambientais. A autora leciona Ciências, Robótica e Programação para 11 turmas do Ensino Fundamental e Médio, atendendo 262 estudantes, dos quais 27 possuem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A segunda frente abrange estudos sobre desenvolvimento, aprendizagem e inclusão, fundamentados em Piaget, Vygotsky, Dewey, Freire, Bacich, Moran, Mantoan,

ISSN: 2358-8829

Nunes e Merletti, além de pesquisas na SciELO e no Google Acadêmico. A análise documental contemplou o DSM-5 e a legislação educacional brasileira, incluindo a Constituição Federal de 1988, a LDB, o PNE, a Lei nº 13.146/2015, o Decreto nº 12.686/2025 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

A coleta de dados incluiu observação participante nas reuniões semanais de ATPCG e ATPCA do Programa de Ensino Integral (PEI), espaços de formação docente voltados à análise e ao compartilhamento de estratégias pedagógicas, orientados pelo princípio da replicabilidade e pelo Mapa de Competências do programa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico fundamenta-se na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que diferencia integração e inclusão, compreendendo esta última como a transformação do sistema educacional para atender à diversidade dos estudantes de forma equitativa.

As contribuições de Piaget (1970), Vygotsky (2007) e Dewey (1916) sustentam a aprendizagem ativa, baseada na construção do conhecimento, na mediação social e na experiência prática, princípios relacionados à Cultura Maker (Anderson, 2012). Bacich e Moran (2018) destacam o potencial das metodologias ativas para promover o engajamento e a personalização da aprendizagem, enquanto Mantoan (2015) ressalta a necessidade de flexibilizar práticas, recursos e avaliações. O DSM-5 (APA, 2014) fundamenta a compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma condição do neurodesenvolvimento que envolve diferenças na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento ou interesses.

No âmbito legal, a pesquisa apoia-se no artigo 58 da LDB nº 9.394/1996, na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), na Resolução SEDUC nº 21/2023 e no Decreto nº 12.686/2025, que orientam a oferta de apoios educacionais e a eliminação de barreiras à inclusão. Por fim, Merletti (2018) e Nunes (2013) destacam a colaboração entre escola e família como elemento importante para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

A sistematização das vivências em sala de aula indicou que metodologias ativas mediadas por suportes de acessibilidade promovem significativos avanços no aprendizado e na autonomia de estudantes com TEA. As análises das práticas revelaram:

- **Gamificação:** Apresentou elevado potencial motivacional no 7º ano. Exigiu adequação sensorial individual: enquanto um aluno não alfabetizado engajou-se intensamente com estímulos visuais e sonoros, outro alfabetizado demandou controle de ruídos para evitar desorganização emocional.
- **Grupos Produtivos:** Agrupamentos heterogêneos na 1ª série do Ensino Médio favoreceram a cooperação, o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento de habilidades comunicativas no estudante com TEA e seus pares.
- **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP):** Em Robótica (9º ano), a construção de uma estação meteorológica mediada por roteiro visual sequencial ('Problema' → 'Pesquisa' → 'Teste' → 'Solução') reduziu a ansiedade do educando e assegurou sua participação ativa.
- **Instrução por Pares (Peer Instruction):** A organização de 'pares sensíveis' no 8º ano permitiu a um estudante com TEA e leitura avançada atuar com protagonismo ao discutir e explicar conceitos para o colega.
- **Storytelling e Suporte TEACCH:** A narrativa com pranchas visuais e a estrutura do TEACCH (agendas visuais, delimitação espacial e organização de tarefas) ofereceram a previsibilidade necessária para a autonomia dos estudantes.

Os achados confirmam que a eficácia das metodologias ativas depende da eliminação de barreiras pedagógicas e da articulação coletiva entre professor, AEE, gestão e família. As reuniões de ATPCG/ATPCA consolidam-se como espaços essenciais para avaliar e replicar essas práticas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo confirma a hipótese inicial de que as metodologias ativas representam um recurso pedagógico valioso para promover o aprendizado significativo, a autonomia e o engajamento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica. Tais estratégias criam oportunidades para que os alunos participem de forma ativa da construção do próprio conhecimento.

O trabalho destaca que a inclusão escolar não se viabiliza por ações isoladas ou receitas prontas. Trata-se de um processo contínuo e colaborativo, que exige

planejamento flexível, mediação intencional do professor regente, articulação constante com o AEE e o profissional de apoio, respaldados por uma gestão escolar democrática e pelo acompanhamento familiar. O relato de experiência e a pesquisa autoetnográfica reafirmam a importância do professor-pesquisador, capaz de refletir sobre sua prática e compartilhar vivências nos espaços formativos da escola.

Espera-se que as reflexões consolidadas neste artigo contribuam para o debate no campo da Educação Especial Inclusiva, oferecendo subsídios teóricos e práticos para educadores que buscam construir salas de aula mais equitativas, participativas e sensíveis à neurodiversidade.

Palavras-chave: Inclusão; TEA; Metodologias ativas; Personalização; Práticas pedagógicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) pela oportunidade formativa no curso de Pós-Graduação em Educação Especial; à minha orientadora, Profa. Dra. Ludmila Helena Rodrigues dos Santos, pelas valiosas contribuições; à equipe gestora, docentes e profissionais de apoio da escola do Programa de Ensino Integral; e aos estudantes e famílias que inspiram a busca diária por uma educação pública inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDERSON, Chris. Makers: a nova revolução industrial. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. São Paulo: Pearson, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.

DEWEY, John. Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education. New York: Macmillan, 1916.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MERLETTI, C. Autismo em causa: historicidade diagnóstica, prática clínica e narrativas dos pais. Psicologia USP, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 146-151, 2018.

NUNES, Maria Teresa Tavares. O Atendimento Educacional Especializado e a inclusão escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 2, p. 451-464, 2013.

PIAGET, Jean. A construção do real na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Modelo Pedagógico e de Gestão do Programa Ensino Integral. São Paulo: SEDUC/EFAPE, 2022.

SOUZA, M. F. M.; SILVA, M. G.; SOUZA, A. A. Utilização do método TEACCH com criança com espectro autista no ambiente escolar: um estudo de revisão integrativa. Revista Brasileira de Educação e Saúde, v. 15, n. 3, p. 531-539, 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.